A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ESTRUTURAÇÃO DOS NOVOS CURRÍCULOS

*Ilza Araújo Leão de Andrade**

A FORMAÇÃO DO CIDADÃO

A universidade sempre foi uma instituição chave para o desenvolvimento da sociedade. Como instituição produtora de conhecimento é a partir das pesquisas que se desenvolvem em seu interior que são criadas novas tecnologias e novos instrumentos de atendimento às necessidade fundamentais da vida social. É através de sua atividade educacional que se prepara a mão-de-obra necessária ao desenvolvimento da sociedade mas, sobretudo, que são formados cidadãos.

A formação da cidadania é, cada vez mais, uma missão da universidade, principalmente em sociedades onde a cultura societal e política tem a marca da desigualdade, da dependência e da não-participação, da maioria da população, nas decisões que orientam o seu futuro. Assim, cabe à universidade a tarefa de transmitir os ensinamentos necessários mas também os valores formadores de novas atitudes diante da vida coletiva. Valores que se baseiem na responsabilidade e no compromisso com a sociedade, no engajamento e na busca da liberdade e da justiça social.

A formação integral que a universidade pode e deve oferecer àqueles que nela ingressam deve ser capaz de transformar os indivíduos em homens novos, comprometidos com o seu tempo e com aqueles que lhes rodeiam. No entanto, a responsabilidade da universidade com a formação cidadã não se esgota no trabalho realizado nos bancos universitários. O caráter elitista do acesso à

---

*Pró-Reitora de Extensão Universitária da UFRN.

universidade deve ter como contraponto uma ação multiplicadora que estenda a sua influência e seus ensinamentos até os limites da realidade social que lhe serve de cenário.

É justamente isso que garante a dimensão da universalidade da instituição, que a diferencia de outras instituições de ensino superior cujo papel se encerra na formação de profissionais para o mercado de trabalho. A tríade ensino-pesquisa-extensão, que serve de sustentação ao fazer universitário, guarda em sua plenitude a responsabilidade da formação integral.

A extensão universitária é hoje concebida como o "processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade" (Plano Nacional de Extensão 2000-2001).

Esta atual concepção da extensão universitária é resultado de um longo processo de discussão sobre o fazer universitário e foi sendo construída através dos tempos, na medida em que a universidade ampliava o seu raio de ação, em virtude do crescimento das áreas demandantes do seu trabalho.

No Brasil a extensão universitária aparece atrelada à idéia de serviço e tem uma concepção essencialmente assistencialista. Nem todas as áreas da universidade faziam extensão, uma vez que esta restringia-se aos cursos da área da saúde, pela possibilidade da prestação de serviço à população mais carente, e ao curso de Serviço Social, naturalmente voltado para as questões da comunidade. Através das atividades da prática forense, nos cursos de Direito, pouco a pouco a extensão vai se incorporando como necessidade nessa área, pela dificuldade de acesso da população mais carente às instituições do poder judiciário.

Nesse quadro, as áreas de formação tecnológica estavam naturalmente fora da atividade extensionista, assim como os cursos das áreas biológicas. Uma certa cisão se fazia entre os que produziam ciência e tecnologia (pesquisa) e os que prestavam

serviços de natureza social (extensão). Mundos mutuamente excludentes e sem possibilidade de conexão.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte foi uma das instituições pioneiras da extensão universitária em nosso país. O seu pioneirismo esteve diretamente vinculado à criação de uma estrutura de prestação de serviços na área de saúde – o Centro Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC. Localizado numa região do estado com frágil estrutura sanitária, o CRUTAC contava com um complexo de serviços que incluía hospitais regionais que serviam de campo de estágio obrigatório para os alunos de alguns cursos da área da saúde.

Dentro dessa mesma filosofia foram implementados os primeiros projetos de ação comunitária universitária em diferentes regiões do Brasil. Projetos como o RONDON levavam ao interior do país milhares de jovens universitários que deveriam prestar serviços às comunidades carentes, o que lhes garantiria um aprendizado a mais em sua formação. A extensão vai pouco a pouco aparecendo como um recurso importante da formação, gerando uma certa confusão entre as idéias de extensão e estágio.

Dessa forma, a extensão vai cada vez mais se afirmando como prestação de serviços e/ou estágio, numa perspectiva de ação complementar às atividades de ensino totalmente descolada das atividades de pesquisa. Essa realidade tornava a extensão uma atividade menor, menos qualificada, e o professor que fazia extensão realizava uma atividade de nível acadêmico inferior. Caricaturando a situação, o pensamento dominante era de que “quem sabe, pesquisa, quem não sabe, ensina e faz extensão”.

Os anos 1990 foram fundamentais para a redefinição da extensão universitária no Brasil. O avanço de algumas áreas de conhecimento, a ampliação da intervenção da universidade nas mais diferentes direções, e a crescente consciência política da responsabilidade social das universidades, principalmente das instituições públicas, foi pouco a pouco requalificando a extensão universitária.

Hoje, a extensão é vista como uma atividade universitária essencialmente acadêmica, diferenciando-se das práticas assistencialistas que deram origem à atividade na universidade brasileira. Concebida como o conjunto de ações que estabelecem a relação da universidade com a sociedade, a extensão deve ser vista como a síntese entre o fazer universitário e a realidade social, interligando processos educativos, produção e aplicação de conhecimentos, numa dinâmica que interliga ensino e pesquisa de uma forma engajada socialmente.

A extensão é o mecanismo mais eficiente de aproximar a instituição universitária da sociedade ao seu redor, funcionando como o meio mais eficiente de ampliar o acesso à universidade, de milhares de cidadãos que a ela não têm acesso pela via do ensino formal. Mas a extensão é também a possibilidade da síntese teoria e prática, da experimentação social, elementos fundamentais para uma formação acadêmica referenciada na realidade social, nas suas necessidades, na sua singularidade. À formação teórica, essencial para dar fundamentos sólidos ao fazer universitário, deve ser adicionada à possibilidade da prática social que se realiza através da extensão.

Essa relação teoria e prática viabilizada pela extensão possibilita uma troca de saberes que tem como conseqüência a produção de um conhecimento de novo tipo, resultante do confronto teoria/realidade, conhecimento científico/saber popular, que é apropriado pelo estudante universitário de uma forma crítica e engajada socialmente, enriquecendo a sua formação.

Entendida dessa forma a extensão deixa de ser vista como a terceira função da universidade (junto com o ensino e a pesquisa) para tornar-se o “cimento” que deve unir, de maneira consistente, aquelas duas outras funções, num fazer universitário marcado pelo diálogo com a realidade social.

A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO

Na medida em que a extensão deixa de ser uma função complementar na dinâmica da vida universitária e passa a ser um elo significante das demais funções (ensino e pesquisa), ela se insere como atividade necessária na formação universitária. No entanto, esta ainda não é uma realidade observável na grande maioria das instituições de ensino superior. Mesmo nas universidades, é grande o número de alunos que passa pela instituição sem qualquer contato com a atividade extensionista e muito pouco contato com a atividade de pesquisa, a não ser de forma indireta. Dessa maneira, a universidade não garante aos seus alunos a formação universitária na concepção exata da palavra. Reproduz o velho modelo das faculdades isoladas, voltadas unicamente para as atividades de ensino, numa reprodução um pouco mais qualificada da experiência do Ensino Médio.

É preciso pensar a formação universitária numa concepção de universalidade e amplitude, que deve ultrapassar a mera transmissão formal de conhecimentos teóricos. A universidade deve ser capaz de capacitar os indivíduos para produzirem conhecimento novo e colocarem esse conhecimento à disposição da sociedade. Para isso deve ir além dos espaços formais da sala de aula e dos laboratórios para experimentar e testar o conhecimento produzido no laboratório da sociedade, aprendendo com ela num processo dialógico de troca de saberes e de sentidos.

Entretanto, instituições universitárias brasileiras ainda não estão preparadas para trabalhar com essa nova concepção de formação. A estrutura curricular dos cursos, na sua maioria, ainda reflete a rigidez da visão tradicional do ensino universitário, que concebe o processo de formação como o encadeamento de disciplinas (com conteúdos fechados e preestabelecidos), distribuídas em uma carga horária obrigatória que deve ser totalizada num período também definido a priori. Em alguns casos, o excesso

de disciplinas e a quantidade de horas a elas destinada impedem o aluno de ter uma verdadeira vivência universitária.

A URGÊNCIA DA FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Os anos 1990 foram marcados, no meio educacional, pelo debate acerca da busca de um modelo de estruturação da educação brasileira que fosse mais adequado às tendências de uma sociedade em transformação e que possibilitasse uma educação mais condizente com as questões de nosso tempo. Durante alguns anos, especialistas, professores em geral, políticos, debruçaram-se na formulação de uma nova lei que servisse de base para as mudanças que o ensino brasileiro, nos diferentes níveis, demandava. A Lei de Diretrizes e Bases para a educação, em sua versão definitiva, foi promulgada em 1996.

Uma das grandes novidades da nova LDB foi justamente a quebra da estrutura fechada e pesada dos currículos tradicionais, a possibilidade de introdução de novas matérias e conteúdos e o aproveitamento, na contabilidade da carga horária obrigatória, de atividades de diferentes naturezas, realizadas durante o processo formativo.

Na universidade essa novidade possibilitou a validação, em termos de créditos/carga horária, de atividades externas à sala de aula, como atividades de pesquisa, produção científica e extensão universitária, num reconhecimento da importância desse tipo de trabalho para a formação integral do aluno. Hoje é impossível não reconhecer que o aluno que tem vivências extraclasses, principalmente na pesquisa ou na extensão, é um aluno diferente: mais maduro, mais seguro, mais apto para o desempenho das futuras funções profissionais.

Um currículo que tenha essa abertura possibilitará não somente a incorporação da participação dos estudantes em projetos de extensão, mas também fará com que as disciplinas assumam uma nova concepção.

> [...] o ensinar e o aprender estarão interligados, tendo como ponto de partida a análise de situações existentes no cotidiano da sociedade, ou no interior de instituições públicas ou privadas. Os alunos confrontarão tais situações com os conhecimentos científicos que favoreçam a compreensão daquele cotidiano, dando base para o traçar de alternativas de atuação que contribuam com aquelas realidades, possibilitando o ir e vir da teoria e criando novas oportunidades de formação acadêmica cidadã (Documento da Comissão Especial do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras).

A despeito dessa nova possibilidade contida na LDB, no âmbito das universidades as mudanças ainda ocorrem em um ritmo muito lento. A flexibilização curricular depende da formulação de um Projeto Político-Pedagógico que sirva de base e fundamento para as mudanças e esse processo tem tido dificuldades de operacionalização, pela ausência de um debate criativo que seja capaz de apontar caminhos. Afinal *pensar um currículo flexibilizado implica (re)pensar a própria universidade e sua política educacional.* Supõe uma mudança nas concepções rígidas e tradicionais que estruturam o ensino universitário e no perfil do profissional que se quer formar.

Concretamente, a inserção da extensão universitária nos novos projetos de curso passa por pelo menos duas possibilidades. A primeira delas diz respeito à criação de “disciplinas de extensão” e a segunda, à contabilidade do tempo despendido em atividades de extensão, na carga horária do curso, segundo procedimentos definidos em cada Projeto Político-Pedagógico.

No primeiro caso, temos em algumas universidades brasileiras, experiências pioneiras, como a desenvolvida na Universidade Federal da Bahia através da criação do componente curricular denominado Atividade Curricular em Comunidade – ACC, extensivo a todos os alunos da UFBA, ingressos a partir de 2001, com no míni-

mo 60 horas e 04 créditos. As ACCs consistem em propostas de trabalho na comunidade, nas mais diferentes áreas, podendo envolver, ao mesmo tempo, atividades de pesquisa e extensão, sob a orientação e o acompanhamento direto de um professor.

> A ACC tem características comuns às demais disciplinas: obrigatoriedade, carga horária, creditação e propósito acadêmico. Diferencia-se, entretanto, pela liberdade na escolha das temáticas, na definição de programa e na experimentação de procedimentos metodológicos, bem como pela possibilidade de assumir um caráter renovável a cada semestre ou de comportar a continuidade da experiência por mais de um semestre (Proposta de criação da atividade curricular em comunidade – UFBA).

Os conteúdos da ACC abrangem todas as áreas de conhecimento cobertas pelos cursos de graduação da UFBA e são trabalhados numa perspectiva inter e transdisciplinar, focalizando temas que vão da melhoria da saúde ao resgate da preservação e identidade cultural, passando pelo combate ao trabalho infantil e à violência, geração de emprego e renda, preservação do meio ambiente, melhoria da educação básica, dentre outros temas.

Na UFRN a primeira experiência nessa direção foi concebida na área da saúde. Sob a denominação Saúde e Cidadania, o projeto SACI é hoje uma realidade no currículo dos cursos de: Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição e Biologia, na área da saúde; e Psicologia, na área humanística. Essa disciplina é oferecida todos os semestres e o engajamento dos alunos é resultante de uma escolha. A observação dos dados relativos à sua evolução no tempo, a partir de sua criação, em 1999, demonstra o aumento significativo da procura da mesma, por parte dos alunos. Atualmente ela se desenvolve na zona oeste da cidade, uma área que abrange 05 bairros incluídos em uma situação de pobreza, violência e marginalidade. As atividades são desenvolvidas

nos postos de saúde, nas escolas, nas associações, nas igrejas, e são planejadas segundo as necessidades de cada localidade.

A segunda possibilidade é ainda mais flexível que a primeira. Consiste no aproveitamento da carga horária utilizada para realização de atividades extraclasses, na integralização dos créditos exigidos em cada curso. A participação em projetos de extensão universitária, eventos, cursos extracurriculares, projetos de ação voluntária, empresas-júnior, e outras atividades dessa natureza, realizadas pelo aluno na condição de bolsista ou voluntário, podem agora integrar o currículo dos alunos, desde que o Projeto Político-Pedagógico do curso assim estabeleça.

Essas novas possibilidades abrem espaço para que a extensão universitária ganhe uma nova condição, na formação dos alunos. A atividade extensionista passa a ser considerada como uma possibilidade importante e o incentivo do seu aproveitamento no currículo do curso criará a possibilidade de um número bem maior de alunos adquirir experiência de extensão, ampliando a sua vivência universitária.

REFERÊNCIAS

FÓRUM DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Comissão Especial. *Indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão e a flexibilização curricular*: uma visão da extensão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Extensão. *Proposta de criação da Atividade Curricular em Comunidade*. Salvador, 2000.